



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

24 de maio de 2016

Diário Catarinense

Pancho

“UFSC quer sede”

UFSC quer sede / Blumenau / Universidade Federal de Santa Catarina /
Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí / Ammvi

UFSC QUER SEDE

O campus Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) segue atrás de um terreno para construir a sede própria. Em breve, a direção deve agendar uma reunião com os prefeitos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi) em busca de parcerias para atender toda a região. A UFSC atua em Blumenau há pouco mais de um ano em imóvel alugado.

Notícias do Dia

Carlos Damião

“Mobilização contra PEC que alivia licenciamentos”

Mobilização contra PEC que alivia licenciamentos / Dispensa de licenciamento ambiental / UFSC / Proposta de Emenda à Constituição 65/2012 / PEC 65 / Ministério Público Federal em Santa Catarina / Analúcia Hartmann / Paulo Antonio Locatelli / Acir Gurgacz / Blairo Maggi



CARLOS DAMIÃO

Mobilização contra PEC que alivia licenciamentos

Audiência pública marcada para hoje, às 8h, no auditório da Reitoria da UFSC, vai debater a Proposta de Emenda à Constituição 65/2012, conhecida como PEC 65, que propõe a dispensa de licenciamento ambiental para qualquer tipo de empreendimento. Considerada um retrocesso mundial, a PEC 65 tem sido objeto de campanhas de repúdio nas redes sociais. O encontro de hoje é uma promoção conjunta do Ministério Público Federal em Santa Catarina e do Ministério Público de Santa Catarina, com a participação da procuradora da República Analúcia Hartmann e do coordenador-geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MP-SC, promotor Paulo Antonio Locatelli. E não apenas a PEC 65 será debatida pelos presentes, mas também outras propostas parlamentares que têm o objetivo de “aliviar” os licenciamentos ambientais, causando sérios danos aos ecossistemas e, por consequência, à própria qualidade de vida da população. A PEC 65 é uma iniciativa do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatada pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), este nomeado ministro interino da Agricultura. Os dois são conhecidos latifundiários. Maggi é um dos maiores plantadores de soja do mundo.

Notícias do Dia Carlos Damião "UFSC na Acif"

UFSC na Acif / Luis Carlos Cancellier de Olivo / Associação Comercial e Industrial de Florianópolis

UFSC na Acif

Recentemente empossado como reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier é o convidado da Acif (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) para reunião semanal que a entidade promove com personalidades, lideranças e chefes de instituições, com o objetivo de debater assuntos de interesse da cidade e do empresariado. O bate-papo de hoje será sobre educação e os desafios da nova gestão da UFSC.

Diário Catarinense Notícias

"Procurador e Estado divergem sobre investimento na educação"

Procurador e Estado divergem sobre investimento na educação / Governo de Santa Catarina / Procuradoria Geral da República / PGR / Ministério Público de Contas / MPC / Diogo Ringenberg / Lei de Diretrizes de Base / LDB / Constituição Federal / Tribunal de Contas do Estado / TCE / Raimundo Colombo / OAB-SC / Universidade Federal de Santa Catarina / Orlando Celso Silva Neto / Supremo Tribunal Federal / STF / Secretaria de Estado da Fazenda

NOTÍCIAS | POLÍTICA

DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2016 13

Procurador e Estado divergem sobre investimento na educação

Professor vê pouco risco de intervenção

DEBATE ESTÁ EM interpretações diferentes de lei que obriga a aplicação de 25% da receita à área

LARISSA NEUMANN
larissa.neumann@diariocatarinense.com.br

Alegação de que o governo de Santa Catarina teria deixado de investir R\$ 5 bilhões na educação nos últimos 15 anos é alvo de uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR). Assinado pelo procurador do Ministério Público de Contas (MPC) Diogo Ringenberg, o documento com 82 páginas pede a apuração do subfinanciamento, a compensação dos valores e o cumprimento do que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A ilegalidade estaria, conforme o procurador, no fato de que o governo incluiu desde 2001 a folha de professores aposentados – os chamados gastos com inativos – no percentual que deveria ser usado unicamente para manutenção e desenvolvimento do ensino. Desde 1996, a Constituição Federal prevê que os Estados de-

vem aplicar, no mínimo, 25% da receita de impostos na educação. Ringenberg ainda defendeu que há 15 anos o Tribunal de Contas do Estado (TCE) aponta a irregularidade, mas deixa de tomar decisões efetivas e eficazes com "intuito de mudar o que está errado".

– Imaginamos que levar essa questão até a PGR possa trazer um resultado mais efetivo para o Estado. É a razão de procurarmos outro lugar para recorrer, para ver se alguém consegue atuar de maneira mais efetiva. O governo cumpriu a LDB por quatro anos, de 1997 até 2000. Em 2001 ele passou a contar como parte integrante desses 25% os gastos com os aposentados, mas isso não é investimento em educação – diz Ringenberg.

COLOMBO QUESTIONA PARECER DO MPC

O governador Raimundo Colombo, que ontem se reuniu com o secretariado para debater o planejamento econômico do governo, falou sobre o teor da representação após o encontro. Ele defende que o Estado tem um acordo com o Tribunal de Contas e classificou a informação do promotor como equivocada.

– A gente (Estado) não fabrica dinheiro. Com a arrecadação que temos, ajustamos. É um pouquinho de irresponsabilidade apontar desta forma um problema que todos os Estados têm e que a gente está resolvendo aqui com orientação do próprio TCE. Ele (Ringenberg) tira os aposentados, como se eles não estivessem na folha. Se ficarmos só com os que estão na ativa (na conta dos 25% de educação), quem paga os inativos? Da onde vem esse dinheiro? Não existe mágica – afirmou Colombo.

A representação de Ringenberg será analisada pela Procuradoria-Geral da União, que deve ouvir as partes para defesa nas próximas semanas.

DIOGO RINGENBERG
Procurador do MPC

Imaginamos que levar essa questão até a PGR possa trazer um resultado mais efetivo. É a razão de procurarmos outro lugar para recorrer, para ver se alguém consegue atuar de maneira mais efetiva. O governo cumpriu a LDB por quatro anos, de 1997 até 2000, depois nunca mais.

RAIMUNDO COLOMBO
Governador de SC

A gente não fabrica dinheiro. Com a arrecadação que temos, ajustamos. É um pouquinho de irresponsabilidade apontar desta forma um problema que todos os Estados têm e que a gente está resolvendo aqui com a orientação do próprio TCE.

Na avaliação do conselheiro estadual da OAB/SC e professor de direito da Universidade Federal de SC, Orlando Celso Silva Neto, a questão é complexa e admite interpretação nos dois sentidos, já que não há um posicionamento específico sobre o assunto no Supremo Tribunal Federal (STF). Para ele, é pouco provável que SC sofra uma intervenção federal por estes atos.

– Pode ser que, sob o risco de intervenção, SC decida aumentar o percentual de repasse para a educação para seguir incluindo os gastos com inativos. Ou ainda, que opte por esperar o parecer do PGR e siga fazendo o que tem feito. Existem várias possibilidades e nenhuma delas será decidida rapidamente – acrescenta Neto.

Por nota, a Secretaria de Estado da Fazenda refutou a postura do MP de Contas ao afirmar que não há camuflagem contábil e que o órgão está "mal intencionado quando diz que este assunto foi acobertado pelo TCE". O governo ainda ressaltou que "não há nenhuma legislação que determine a não inclusão de inativos no cálculo de aplicação dos 25% em educação".

Notícias do Dia Cidade

"Retrátil, mas não transparente"

Retrátil, mas não transparente / Mercado Público / Florianópolis / Gustavo Correia Utrabo / Pedro Lass / Associação dos Comerciantes do Mercado Público / Aldonei de Brito / Rafael Hahne / Luiz Eduardo Teixeira / UFSC / Rodolfo dos Santos / Mohamad Ali / Prefeitura Municipal de Florianópolis / IAB-SC / Instituto de Arquitetos do Brasil

Retrátil, mas não transparente

Mercado Público. Diferente do projeto inicial, cobertura do vão central será opaca

ALESSANDRA OLIVEIRA
alessandra.oliveira@noticiasdodia.com.br
@ND_online

Quando for concluído o trabalho de instalação da cobertura do vão central do Mercado Público de Florianópolis, em dias de chuva os frequentadores perderão a visão da parte superior do prédio histórico, que será fechado com uma espécie de lona branca (membrana de poliéster), segundo a Secretaria de Obras da Capital. O projeto inicial da cobertura previa material transparente, conforme o projeto vencedor do concurso nacional, dos arquitetos paraenses Gustavo Utrabo e Pedro Lass.

A estrutura metálica de sustentação da cobertura já está instalada. "O que sei é que a cobertura e os motores para abrir e fechar o teto estarão prontos ainda em maio e que faltaria a iluminação e o sistema de comando, que serão executados por outras empresas", disse o presidente da Associação dos Comerciantes do Mercado Público, Aldonei de Brito, 51 anos.

Sobre a substituição do material que cobrirá o vão central, Brito disse que foi testada a membrana transparente e foi percebido que ela aqueceria o local. "O material transparente agiria como uma lente de óculos exposta ao sol, aumentando o calor sob ela. O que não acontece com a membrana branca, opaca", explicou. Nos dias de tempo bom, o teto estará aberto.

Segundo o secretário de Obras Rafael Hahne, a utilização de material opaco foi decidida por uma questão técnica. "A opção foi feita depois de análise técnica, e o material foi escolhido por causa do calor, para garantir o conforto térmico. Foi uma decisão técnica e o edital previa essa especificação da obra", explicou. O material é um tecido de fios de poliéster de alta tenacidade, protegida por verniz acrílico. Na temporada de verão, entre novembro e fevereiro, foi instalada uma cobertura provisória em lona branca. (Colaborou Fábio Bispo)



Polêmica. Estrutura metálica mudou o visual do vão central

"Parece asas de avião", diz professor da UFSC

O professor de arquitetura Luiz Eduardo Teixeira, da UFSC, diz que embora a nova estrutura não encoste no prédio histórico, a perda do espaço original é considerável. "Creio que poderiam ter pensado em outro tipo de projeto, com cobertura

mais leve. A estrutura metálica parece asas de avião", lamentou. Teixeira afirma que a cobertura altera radicalmente o espaço e compara a mudança ao momento em que o Mercado perdeu o contato com o mar, por ocasião

do aterro construído no Centro da Capital, nos anos 1970. "Perde-se o contato com o mar e agora se perderá com o céu", disse. O professor lembra ainda que o vão central do Mercado de Florianópolis é único no país.

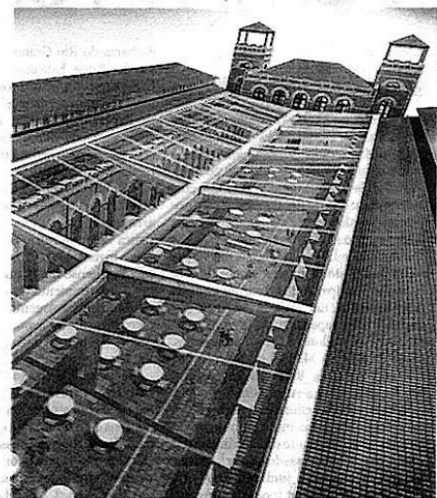


Lona branca. Brito mostra pedaço do material que será usado na cobertura

Opiniões divididas

Sentado sob o sol enquanto os trabalhadores do Mercado abriam guarda-sóis e estendiam lonas no vão central, o aposentado Rodolfo dos Santos, 63 anos, dizia não se importar com a mudança que sofrerá o prédio em breve. "Se é para a melhoria e para o conforto de quem frequenta, eu acho bom", disse. "Não importa se vão mudar muito, o Mercado não é mais para manezinho mesmo, é para turista que pode pagar para comer aqui", criticou o aposentado, que trabalhou durante 15 anos no Mercado, como atendente.

O comerciante Mohamad Ali, 49, garante que a população gostará da obra quando estiver finalizada. "Sempre fica feio durante o andamento, mas no final tudo fica bonito", disse o dono de um dos restaurantes do vão central. Ele diz que se a cobertura fosse de vidro, por exemplo, o Mercado ficaria com cara de shopping center.



Mudança. Projeto que venceu concurso nacional previa teto transparente

Concurso exigia cobertura translúcida

O concurso nacional para a escolha do projeto de cobertura do vão central foi realizado pela prefeitura de Florianópolis em parceria com o IAB-SC (Instituto de Arquitetos do Brasil), em setembro de 2013. Uma das principais exigências era que a cobertura fosse retrátil e transparente. Ao todo, foram inscritos 64

trabalhos. O resultado saiu dois meses depois. Os vencedores foram os arquitetos paraenses Gustavo Correia Utrabo e Pedro Lass, que receberam prêmio de R\$ 20 mil. A cobertura do vão central custará R\$ 4,2 milhões à prefeitura. A Esfera Sul executa a parte de instalação da estrutura e da cobertura retrátil.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Administradores do Mercosul avaliaram os 25 anos do bloco econômico durante evento em SC](#)

[Café com Seguro da ANSP debate "Lições de Mariana: Evento contexto legal e gestão de risco"](#)

[Cobertura do vão central do Mercado Público de Florianópolis não será mais transparente](#)

[ANSP debate as lições da tragédia em Mariana](#)

[Prefeito de Florianópolis afirma que obras na Edu Vieira começam na segunda-feira](#)

[Cinema e direitos humanos no IFSC](#)

[Kassab vai se reunir com cientistas que criticam fusão de ministérios](#)

[Liminar suspende construção do prédio luxuoso da Porsche no litoral de SC](#)

[Prefeito de Florianópolis afirma que obras na Edu Vieira começam na segunda-feira](#)